



ENCERRAMENTO EXERCÍCIO 2021 RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO PREFEITO MUNICIPAL

Em cumprimento às disposições legais, o município de Faxinal do Soturno, vem encaminhar o relatório circunstanciado sobre a gestão do prefeito, com seus anexos e relatórios explicativos, relativo aos principais aspectos da administração.

DO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO

O Orçamento do Município foi aprovado através da Lei Municipal nº 2.621 de 23.12.2020, que estimou as receitas e fixou as despesas para o ano de 2021 no valor de R\$ 31.915.382,00 (trinta e um milhões, novecentos e quinze mil, trezentos e oitenta e dois reais). Este valor no decorrer do exercício teve as seguintes modificações:

Receita Previsão Inicial	R\$ 31.915.382,00
Receita Previsão Atualizada	R\$ 35.121.071,73
Receita Arrecadada	R\$ 31.601.443,23
Despesa Fixada	R\$ 31.915.382,00
Créditos Adicionais Suplementares	R\$ 3.901.634,05
Créditos Adicionais Arrecadação a Maior	R\$ 2.138.689,73
Créditos Especiais	R\$ 442.000,00
Crédito Suplementar Operação de Crédito	R\$ 800.000,00
Superávit Financeiro Exercício Anterior	R\$ 2.322.349,38
Redução de Dotação	R\$ 4.076.634,05
Dotação Atualizada	R\$ 37.443.421,11
Despesa Empenhada	R\$ 27.811.536,89
Despesa Liquidada	R\$ 26.978.544,92
Despesa Paga	R\$ 26.843.322,88

EXECUÇÃO DA RECEITA

De acordo com o Balanço Orçamentário da Receita, o total inicial previsto, foi estimado no montante de R\$ 31.915.382,00, sendo que durante o Exercício de 2021 o valor foi atualizado para R\$ 35.121.071,73, que corresponde as receitas correntes, de capital e intra-orçamentárias, onde podemos visualizar os esforços na arrecadação no quadro a baixo:



Receitas	Previsão Anual Atualizada	Arrecadado no Ano	% Realizado no Período
1 – Receitas Corrente	29.155.089,73	28.289.373,44	97,03%
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	3.736.400,00	3.181.556,63	85,15%
Receita de Contribuição	1.040.500,00	1.129.131,47	108,52%
Receita Patrimonial	1.642.020,00	144.403,97	8,79%
Receita de Serviços	201.500,00	135.875,67	67,43%
Transferências Correntes	21.629.869,73	22.903.252,09	105,89%
Outras Receitas Correntes	904.800,00	795.153,61	87,88%
2 – Receitas de Capital	3.862.082,00	1.173.633,39	30,39%
Operações de Crédito	800.000,00	0,00	0,00%
Alienação de Bens	30.000,00	0,00	0,00%
Transferências de Capital	3.019.582,00	1.149.797,21	38,08%
Outras Receitas de Capital	12.500,00	23.836,18	190,69%
3 – Receitas Correntes Intra-Orçamentária	2.103.900,00	2.138.436,40	101,64%
Total da Receita	35.121.071,73	31.601.443,23	89,98%

A receita efetivada no exercício de 2021 foi de R\$ 31.601.443,23, esta receita está dividida em Receitas Correntes, de Capital e Intra-orçamentárias. Com relação as Receitas Correntes podemos destacar que o montante arrecadado ficou 2,97% inferior à previsão atualizada, destas receitas a que ocorreu maior frustração foram as Receitas Patrimoniais que ficaram 91,21% menor que a previsão da arrecadação, fato que se deu em virtude de não ter ocorrido arrecadação de rendimentos financeiros do Fundo de Previdência dos Servidores do Município que em anos anterior representava um valor expressivo, com relação a Receita de impostos, taxas e contribuição de melhorias ocorreu uma frustração de 14,85% na arrecadação devido os contribuintes não realizaram os pagamentos conforme o esperados pela administração, já com relação aos valores repassado pela União e Estado em função da retomada da economia o percentual arrecadado superou as expectativas em 8,52%, valores estes que dentre as receitas correntes são os mais significativos e são de fundamental relevância na execução das atividades administrativas. O valor arrecadado de Receitas de Capital, ficou inferior as expectativas em 61,92%, este fato ocorre devido a União não ter repassado o valor referente a obras que se encontravam iniciadas em anos anteriores e também a frustração da expectativa do repasse de recursos para dar início a obras novas.

Dentre as Receitas Correntes as que merecem maior destaque são as Receitas de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhorias e as Receitas de Transferências Correntes, as quais representam as disponibilidades financeiras que o Ente possui para fazer frente a realização dos programas e ações a fim de atingirem a finalidade pública.





Receitas de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhorias:

Discriminação	Previsão Anual Atualizada	Arrecadado no Ano	% Realizado no Período
Impostos	3.489.900,00	3.004.101,82	86,08%
IPTU	1.756.900,00	1.353.125,17	77,02%
IRRF	469.000,00	459.826,08	98,04%
ITBI	255.000,00	318.993,92	125,09%
ISSQN	1.009.000,00	872.156,65	86,44%
Taxas	240.600,00	177.454,81	73,75%
Taxa p/Exerc. Poder de Polícia	189.400,00	172.978,74	91,33%
Taxa p/Prestação de Serviço	26.200,00	4.476,07	17,08%
Contribuição de Melhoria	5.900,00	0,00	0,00%
Total Rec.Tributárias (Líquido)	3.736.400,00	3.181.556,63	85,15%

Quanto as Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias, que fazem parte das receitas próprias do município podemos considerar que a mais relevante é a Receita relativa ao IPTU, que representa 42,53% do total, e no exercício de 2021 teve um esforço de arrecadação de 77,02%.

Transferências Correntes:

Discriminação	Previsão Anual Atualizada	Arrecadado no Ano	% Realizado no Período
Transferências da União	11.468.633,73	12.179.761,07	106,20%
Cota Parte do FPM	8.220.000,00	9.107.904,74	110,80%
Cota Parte do ITR	24.000,00	9.277,20	38,65%
Cota Parte Fundo Especial do Petróleo	162.500,00	200.453,48	123,35%
Transferências do SUS	2.436.413,73	2.457.928,15	100,88%
Transferências do FNAS	135.200,00	45.178,84	33,42%
Transferências do FNDE	340.520,00	313.588,70	92,09%
Outras Transferências da União	150.000,00	45.429,96	30,29%
Transferências do Estado	6.826.236,00	7.515.423,41	110,10%
Cota Parte do ICMS	4.160.000,00	4.815.580,99	115,76%
Cota Parte do IPVA	1.144.000,00	1.057.467,99	92,44%
Cota Parte do IPI/Exportação	88.000,00	51.898,11	58,97%
Cota Parte da CIDE	25.000,00	5.142,38	20,57%
Transferências do SUS	839.000,00	1.274.682,13	151,93%
Transferência da Assistência Social	85.236,00	79.792,49	93,61%
Outras Transferências do Estado	5.000,00	731,76	14,63%
Transferência de Convênio	480.000,00	230.127,56	47,94%



Conforme se visualiza no grupo das Transferências Corrente da União, o item mais significativo se refere às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Município – FPM, que realizou R\$ 9.107.904,74 no período, correspondendo a 110,80% da previsão anual. O FPM foi incrementado, no mês de julho e dezembro, pela “Cota Extra” repassado aos municípios em atendimento do disposto na legislação vigente. No ano de 2021, com a retomada da econômica, o início da vacinação da Covid 19 e a redução dos casos graves de Covid 19, o município no recebimento de algumas transferências arrecadou valores acima do previsto auxiliando assim no atingimento das metas estabelecidas pela Administração. Quanto as transferências do Estado, merece destaque a participação do Município no ICMS, cujos valores transferidos no exercício de 2021 ao município foi de R\$ 4.815.580,99, representando 115,76% da expectativa inicial que era de 4.160.000,00.

Transferências do FUNDEB:

Discriminação	Previsão Anual Atualizada	Arrecadado no Ano	% Realizado no Período
Valores Recebidos do FUNDEB	3.270.000,00	3.146.293,79	96,22%
Valor Transferido para o FUNDEB	3.144.000,00	3.547.554,79	112,84%
Perda com o FUNDEB	126.000,00	-401.261,00	

O quadro acima evidencia o comportamento da arrecadação e dos valores transferidos ao FUNDEB, verificou-se que no exercício de 2021 o fundo recebeu em razão do número de alunos matriculados na rede de ensino o valor de 3.146.293,79, e contribuiu de forma compulsória para o mesmo fundo com o valor de R\$ 3.547.554,79. Portanto, a perda acumulada no FUNDEB no exercício de 2021 foi de R\$ 401.261,00.

Receita de Capital:

O total da receita de Capital alcançou 38,08% da previsão atualizada no ano, sendo que o montante transferido da União e do Estado alcançou uma soma de R\$ 1.149.797,21.

EXECUÇÃO DAS DESPESAS

A despesa inicial prevista no Balanço Orçamentário de 2021, foi estimada no valor de R\$ 31.915.382,00. Deste valor, foi destinado para a manutenção da Câmara Municipal de Vereadores a importância de R\$ 696.500,00, para as despesas de Custeio e Capital do Poder Executivo foi destinado a importância de R\$ 26.246.482,00, já para o Fundo de Previdência Social dos Servidores foi previsto o valor de R\$ 4.135.300,00, sendo que R\$ 946.300,00 deste valor se refere a reserva de contingência do próprio Fundo, e ainda para a manutenção o Fundo de Assistência Médica Hospital foi previsto a importância de R\$ 837.100,00.





Resultado Orçamentário (Todas as fontes de Recursos)

Receitas		Previsão Anual Atualizada	Arrecadado no Ano	% Realizado no Período
Total da Receita		35.121.071,73	31.601.443,23	89,98%
Despesas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
Despesas Correntes	26.574.816,96	30.023.080,52	25.594.648,02	25.567.488,85
Pessoal e Encargos Sociais	14.974.942,15	15.503.192,32	14.398.613,61	14.398.613,61
Juros e encargos da Dívida	258.000,00	302.000,00	274.157,55	274.157,55
Outras Despesas Correntes	11.341.874,81	14.217.888,20	10.921.876,86	10.894.717,69
Despesas de Capital	3.974.265,04	6.561.070,59	2.216.888,87	1.411.056,07
Investimentos	3.625.465,04	6.189.270,59	1.851.004,31	1.045.171,51
Amortização da Dívida	348.800,00	371.800,00	365.884,56	365.884,56
Reserva de Contingência	1.366.300,00	859.300,00	0,00	0,00
Total da Despesa	31.915.382,00	37.443.451,11	27.811.536,89	26.978.544,92
Resultado Orçamentário Relação Despesa/Receita		-2.322.379,38	3.789.906,34	0,88

A execução das despesas correntes no exercício se apresentou de acordo com o previsto. Considerando que o valor arrecadado de Receita Corrente ficou acima do valor de despesas liquidadas, podemos dizer que a administração, durante o exercício de 2021, se empenhou em manter o equilíbrio financeiro.

Quanto as despesas de Capital o município arrecadou um valor menor do que aplicou em virtude de ter aplicado receita corrente na aquisição de bens de capital e na execução de obras. Outro fator relevante são as obras em andamento, onde o valor executado nem sempre coincide com o valor recebido no exercício, a execução das obras geralmente são realizadas em mais de um exercício.

Considerando todas as fontes de recursos, a Receita total realizada no período de 2021, apresentou uma execução superior à Despesa total Empenhada no montante de R\$ 3.789.906,34, este saldo positivo se deve, em função do superávit apresentado pelo Poder Executivo devido ao aumento da arrecadação com a retomada da economia e a manutenção das despesas de pessoal para cumprir com a determinação a LC 173 de 2020.

Quanto a execução das despesas, o município procurou dar especial atenção as necessidades mais urgentes da comunidade, e podemos acompanhar o andamento dos trabalhos através dos programas de trabalho realizados por cada órgão, conforme discriminado abaixo:

-Gabinete do Prefeito Municipal: com a finalidade de coordenar as atividades do município como órgão de direção central, possuindo duas Unidades Orçamentárias: 01 Gabinete do Prefeito Municipal que é composto das atividades do Gabinete, do Controle Interno, da Assessoria Jurídica, da Assessoria de Comunicação e da Defesa Civil onde no exercício de 2021 foi alocado a importância de R\$ 790.500,00 e foi executado a importância de R\$ 671.926,14; 02 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a finalidade de manter as atividades dos Conselho Tutelar e os serviços de proteção da criança e do adolescente em vulnerabilidade social, onde foi alocado a importância de R\$ 225.200,00 e executado a importância de R\$ 176.594,43.



- **Secretaria de Administração e Gestão Financeira:** possui três Unidades Orçamentárias a Primeira com o mesmo nome da Secretaria é responsável por exercer as atividades de coordenação administrativa entre as outras Secretarias, realizar a coordenação político-administrativa com os demais poderes estadual e federal, também é encarregada da política financeira, dos controles contábeis e das prestações de contas, onde no exercício de 2021 foi alocado R\$ 4.329.400,00 e foi executado a importância de R\$ 3.632.476,49. A Unidade Orçamentária 02 Fundo de Previdência Social do Município é responsável pela administração dos recursos do Fundo com o recebimentos dos repasses do município, os pagamentos de aposentadorias e pensões e também pela aplicação dos recursos disponíveis no fundo, onde foi alocado R\$ 4.135.300,00 sendo que R\$ 946.300,00 deste valor refere-se a reserva de contingência do próprio fundo, e foi executado a importância de R\$ 2.885.538,10. Quanto a Unidade Orçamentária 03 Fundo de Assistência Médica e Hospital refere-se aos recursos destinados a assistência a saúde dos servidores no qual são executadas as despesas do mesmos que no exercício ficaram estimadas em R\$ 837.100,00 e executadas o valor de R\$ 852.011,39.

- **Secretaria de Obras e Serviços Públicos:** é o órgão responsável pela execução da política de construção e conservação e fiscalização das obras públicas, conservação e organização das vias rurais e urbanas, organização e controle do trânsito, controle e guarda da frota de veículos e máquinas. Sendo que valor orçado para 2021 foi de R\$ 4.509.500,00 e foi executado o valor de R\$ 4.144.723,56.

- **Secretaria da Educação, Cultura e Desporto:** é o órgão responsável por todas as atividades relacionadas com a educação, cultura e desporto do município. Os gastos com educação estão discriminados abaixo, já o valor destinado as atividades da Cultura representou a importância de R\$ 150.500,00 e foi aplicado o valor de R\$ 52.720,68, e a importância destinada ao Desporto foi de R\$ 372.000,00 e foi aplicado o valor de R\$ 5.744,01. Tanto o valor da Cultura e principalmente o do Desporto o valor aplicado ficou abaixo do alocado nestas atividades devido aos reflexos da pandemia do coronavírus que muitos eventos não puderam acontecer.

- **Secretaria da Saúde:** é o órgão responsável por todas as ações e serviços públicos de saúde, promovendo e realizando melhores condições de vida para toda a população, o valores aplicados estão descritos em item específico abaixo.

- **Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente:** é o órgão responsável por todas as atividades relativas às políticas agropecuárias e ambientais do município, visando o amplo desenvolvimento, incremento e atualização dessas atividades. O valor destinado foi de R\$ 2.386.200,00 e o valor aplicado foi de R\$ 1.784.251,51.

- **Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo, Planejamento e Habitação:** é órgão responsável por todas as atividades relativas à política industrial, comercial, de prestação de serviços e turísticas, visando o amplo desenvolvimento, incremento e atualização dessas atividades, o recurso destinado foi de R\$ 1.163.000,00 e o valor efetivamente aplicado foi de R\$ 199.607,87, o valor aplicado foi inferior devido a eventos que não ocorreram em devido a pandemia do coronavírus e obras que não se realizaram devido ao não recebimento do recurso necessário, por parte da União.

- **Secretaria da Assistência Social:** é o órgão responsável por todas as atividades relativas a política de assistência social, habitacional, e atendimento aos idosos, visando o amplo desenvolvimento, incremento e atualização dessas atividades. No exercício de 2021 foram alocados a importância de R\$ 978.500,00, sendo que foi aplicado o valor de R\$ 925.956,63.

10



DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

Calculada conforme a metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado, a despesa de Pessoal do poder executivo é o item mais significativo no conjunto das despesas fiscais. O valor da Receita Corrente Líquida acumulada nos últimos 12 meses, considerada para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, atingiu o montante de R\$ 26.885.819,85. Já o total da despesa líquida com pessoal do executivo nos 12 últimos meses, atingiu o montante de R\$ 11.044.357,65, o que corresponde a 41,42% sobre a Receita Corrente Líquida. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal o percentual apresentado pelo município está abaixo do limite de Alerta previsto no inciso II do art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal que é de 48,60%, para o poder executivo.

A Receita Corrente Líquida acumulada nos últimos doze meses, considerando para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, atingiu o montante de R\$ 26.665.819,85 e está assim discriminada:

Discriminação	Arrecadação dos últimos 12 meses
Receitas Correntes	R\$ 32.205.161,65
(-)Dedução da Receita Corrente	R\$ 3.915.788,21
(-) Contribuição p/ o Plano de Previdência dos Servidores	R\$ 647.379,12
(-) Rendimento de Aplicação Financeira RPPS	R\$ 0,00
(-) Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	R\$ 197.013,21
(-) Contribuição Servidores Fundo de Assistência Médica	R\$ 556.822,22
(-) Rendimento Aplicação Financeira FAMH	R\$ 2.339,04
(+) Perda do FUNDEB	R\$ 0,00
(=) Receita Corrente Líquida	R\$ 26.885.819,85
(-) Dedução Prevista no Art. 166 da CF	R\$ 220.000,00
(=) Receita Corrente Líquida Ajustada – EC 86/2015	R\$ 26.665.819,85

Despesa de Pessoal e Limite da LRF

PODER	Despesa Liquidada	%RCL	Limite Prudencial	Limite Legal
Despesas com pessoal do Executivo	11.044.357,65	41,42	51,30%	54%
Despesas com pessoal do Legislativo	508.681,86	1,91	5,70%	6%
Total das Despesas com pessoal	11.553.039,51	43,32	57%	60%





EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Especificação	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021	Variação %
I- Dívida Consolidada	3.247.278,45	2.889.881,34	88,99%
(-) Disponibilidade de Caixa Bruto	3.389.149,34	7.323.826,31	216,09%
(+) Restos a pagar processados	691.650,87	223.364,36	32,29%
(-) Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00%
II- Dívida Consolidada Líquida	549.779,98	-4.210.580,61	-7,66%
III- Receita de Privatizações	0,00	0,00	
IV – Passivos Reconhecidos	0,00	0,00	
V- Dívida Fiscal Líquida (II+III-IV)	549.779,98	-4.210.580,61	
Receita Corrente Líquida	26.665.819,85		

Quanto a dívida consolidada temos a informar que o saldo em 31/12/2021 apresenta o valor de R\$ 2.889.881,34, que se refere a:

-R\$ 819.302,67-operação de crédito junto a Caixa Econômica Federal – PAC2, Contrato nº 0412855-56/2015;

-R\$ 100.324,09-operação de crédito junto ao Banco do Brasil – Aquisição de Equipamentos, contrato nº 20/100000-0;

-R\$ 1.480.038,19 - operação de crédito junto a Caixa Econômica Federal – FINISA, Contrato nº 0522.373;

-R\$ 154.555,60 – operação de crédito junto ao Banco do Brasil – Aquisição de Veículo para Saúde, Contrato nº 40/00023-0;

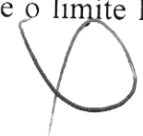
-R\$ 335.660,79-Parcelamento com o Fundo de Previdência dos Servidores, prazo de 360 parcelas com 264 parcelas pagas até 31/12/2021, conforme Lei Municipal nº 1251 de 11.11.99;

No exercício o valor da Dívida Consolidada representa o percentual de 10,84% da Receita Corrente Líquida, percentual este consideravelmente inferior ao limite estabelecido por Resolução do Senado Federal que é de 120,00%.

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

No exercício de 2021 o município assinou o Contrato de Financiamento com a instituição financeira Banco do Brasil S.A. no valor de R\$ 800.000,00 para aquisição de uma motoniveladora, o qual foi assinado em 14.12.2021 e a liberação do recurso ocorrerá após a aquisição do bem, que se dará no próximo exercício.

Como não houve valor liberado no exercício de 2021, o município cumpre com o art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, onde estabelece que o limite legal deve ser inferior a 16,00% da Receita Corrente Líquida.





RELATÓRIO FÍSICO-FINANCEIRO GASTOS COM EDUCAÇÃO-MDE

Relatório físico-financeiro, referente ao exercício de 2021, informações físicos-financeiras sobre os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE e no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, com a elucidação dos projetos e atividades previstas e aqueles efetivamente executados.

1 – RECEITA

A Lei Orçamentária Anual nº 2.621 de 23 de dezembro de 2020, que estima as receitas e fixa as despesas para no ano de 2021, estimou a receita proveniente da arrecadação de impostos, transferências e dívida ativa tributária para o exercício de 2021 em R\$ 20.269.900,00 e sendo que de acordo com o artigo 212 da Constituição Federal, o caput do artigo 69 da Lei 9394/96 e o artigo 104 da Lei Orgânica Municipal, o percentual mínimo a ser aplicado na manutenção do ensino é 25% da receita.

Durante o exercício de 2021 o comportamento da receita proveniente da arrecadação de impostos, transferências constitucionais e dívida ativa se deram da seguinte forma:

RECEITA	ORÇADA	ARRECADADA	25% CFE LDO
IPTU	1.756.900,00	1.353.125,17	338.292,12
ITBI	255.000,00	318.993,92	79.748,51
ISQN	1.009.000,00	872.156,65	218.043,99
IRRF	469.000,00	459.826,08	114.957,08
FPM	10.010.000,00	11.171.903,17	2.792.975,50
ICMS	5.200.000,00	6.019.476,30	1.504.869,14
IPI – EXPORT	110.000,00	64.872,67	16.218,22
ITR	30.000,00	11.596,41	2.899,04
IPVA	1.430.000,00	1.321.835,27	330.459,02
SUBTOTAL	20.269.900,00	21.593.785,64	5.398.462,62
RENDIMENTOS APLICAÇÕES	15.000,00	23.756,90	23.756,90
TOTAL	20.284.900,00	21.617.542,54	5.422.219,52

O município também recebe recursos do Fundo Nacional da Educação para auxiliar na manutenção do ensino no âmbito municipal e também do Estado do Rio Grande do Sul através de convênio para realização do Transporte Escolar dos alunos da rede estadual juntamente com os alunos da rede municipal de ensino, segue quadro demonstrativo dos recursos:





CONVÊNIO COM	VALOR EM R\$
SALÁRIO EDUCAÇÃO – FEDERAL	194.265,02
FNDE – PDDE	528,46
FNDE – PNAT	61.559,68
FNDE – PNAE	62.462,11
FNDE – NOVAS TURMAS	175,80
PAR – APLIAÇÃO ESCOLA	2,98
TRANSPORTE ESCOLAR – ESTADUAL	232.081,58
TOTAL	551.075,63

2 – DESPESA

Os valores das despesas que inicialmente foram autorizadas através Lei Orçamentária Anual nº 2.621 de 23 de dezembro de 2020 e que efetivamente são reconhecidos como gastos computáveis no ensino pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional somaram R\$ 5.242.100,00 e sua execução se deu conforme descrito no quadro abaixo.

Fonte de Recurso	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
M.D.E	1.903.500,00	2.049.785,32	1.902.656,55	1.502.765,43
FUNDEB	2.510.000,00	3.280.000,00	3.145.077,37	2.894.327,87
SALÁRIO EDUCAÇÃO	196.000,00	278.030,54	40.168,63	40.168,63
FNDE – PNAT	51.000,00	106.805,69	80.576,01	80.576,01
FNDE – PNAE	71.000,00	112.586,67	55.531,50	55.531,50
FNDE – PDDE	0,00	540,00	540,00	540,00
FNDE - BRASIL CARINHOSO	15.800,00	15.800,00	0,00	0,00
FNDE – APOIO NOVAS TURMAS	10.800,00	25.828,39	15.204,19	15.204,19
TRANSPORTE ESCOLAR – ESTADUAL	481.000,00	610.696,60	361.543,63	361.543,63
PAR – APLIAÇÃO ESCOLA	3.000,00	4.271,91	0,00	0,00
TOTAL	5.242.100,00	6.484.345,12	5.601.297,88	4.950.657,26

Com relação as despesas, computáveis para o cálculo dos 25% constitucionalmente exigido a ser aplicado em educação, totalizaram em 2021 a importância de R\$ 5.047.733,92 e sua aplicação se deu conforme discriminado no quadro abaixo.

RELAÇÃO DAS DESPESAS (M.D.E. E FUNDEB) COMPUTADOS NA FORMAÇÃO DO ÍNDICE CONSTITUCIONAL DOS 25% COMO DESPESAS APLICADAS NA EDUCAÇÃO





Despesas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
Despesas Correntes	4.313.500,00	4.523.185,32	4.266.339,71	4.266.339,71
Pessoal e Encargos Sociais	3.204.000,00	3.210.500,00	3.172.641,84	3.172.641,84
Outras Despesas Correntes	1.109.500,00	1.312.685,32	1.093.697,87	1.093.697,87
Despesas de Capital	100.000,00	806.600,00	781.394,21	130.753,59
Investimentos	100.000,00	806.600,00	781.394,21	130.753,59
Total da Despesa	4.413.500,00	5.329.785,32	5.047.733,92	4.397.093,30

Total despesas realizadas com M. D. E e FUNDEB	5.047.733,92
(+) Perda com o FUNDEB	401.261,00
(-) Rendimentos M.D.E + FUNDEB	23.756,90
Valor Aplicado em Educação	5.425.238,02
% Aplicado em Educação	25,12

3 - CONCLUSÃO

As Receitas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino provenientes da arrecadação de impostos, transferências e dívida ativa tributária somou a quantia de 21.593.785,64, e que de acordo com o art. 212 da CF o percentual mínimo de 25% a ser aplicado em Educação representa o valor de R\$ 5.398.446,51.

É possível visualizar através do demonstrativo das despesas que o Município realizou despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação no valor de R\$ 5.047.733,92 que se somarmos as perdas do FUNDEB no valor de R\$ 401.261,00 e descontarmos os Rendimentos Financeiros no valor de R\$ 23.756,90, Conclui-se que o **percentual aplicado em 2021 pelo Município em Educação foi de 25,12%**. Percentual acima dos 25% constitucionais obrigatórios.

Com relação aos recursos recebidos do FUNDEB, no exercício de 2021 entrou em vigor a aplicabilidade da nova Lei Federal nº 14.113/2020 que traz alterações e adequações sobre este recurso. Desta forma destacamos que quanto a determinação do Art. 26 da referida lei o município deverá destinar proporção não inferior a 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais do FUNDEB ao pagamento, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício. Ocorre que: como o ano de 2021 foi o primeiro da aplicabilidade da lei onde eleva o percentual de 60% para 70%; como neste exercício a arrecadação dos recursos do FUNDEB apresentou um aumento de 37,90% se comparado ao exercício anterior em função da retomada da economia; e também combinado com estes fatos temos o que preceitua o Art. nº 08 da LC 173/2020, onde diz que os municípios estavam proibidos de conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração aos servidores e também proibidos de criar cargos, empregos ou função que aumentasse a despesa



de pessoal. Fatores estes que contribuíram para que o município não se adequasse a legislação no exercício de 2021, mas que no próximo exercício a administração compromete-se em trabalhar para que possa se adequar a legislação de forma eficiente. Também destacamos que o município cumpriu com as exigências trazidas no Art. 25, § 3º da Lei 14.113/2020, considerando que do recurso recebido do FUNDEB permaneceu em conta a ser considerado superávit financeiro para o exercício seguinte somente o percentual de 0,52%, percentual abaixo dos 10% permitido pela legislação.

RELATÓRIO FÍSICO-FINANCEIRO GASTOS COM SAÚDE -ASPS

Relatório físico financeiro referente ao exercício de 2021 sobre os projetos e atividades realizadas relativo as Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS com a elucidação dos projetos e atividades previstas e aqueles efetivamente executados.

1 – RECEITA

A Lei Orçamentária Anual nº 2.621 de 23 de dezembro de 2020, que estima as receitas e fixa as despesas para o ano de 2021, estimou a receita proveniente da arrecadação de impostos, transferências e dívida ativa tributária para o exercício de 2021 em R\$ 20.269.900,00 e sendo que, de acordo com o artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) com a redação dada pelo artigo 7º da Emenda Constitucional nº 29/2000, e artigo 124 § 2º da Lei Orgânica Municipal, o percentual mínimo a ser aplicado na manutenção da saúde é de 15% da receita.

Durante o exercício de 2021 o comportamento da receita proveniente da arrecadação de impostos, e transferência constitucionais e dívida ativa se deram da seguinte forma:

RECEITA	ORÇADA	ARRECADADA	15% CFE LDO
IPTU	1.756.900,00	1.353.125,17	202.958,27
ISQN	1.009.000,00	872.156,65	130.818,81
ITBI	255.000,00	318.993,92	47.849,10
ITR	30.000,00	11.596,41	1.739,37
IPVA	1.430.000,00	1.321.835,27	198.275,33
ICMS	5.200.000,00	6.019.476,30	902.921,46
IPI – EXPORT	110.000,00	64.872,67	9.730,88
IRRF	469.000,00	459.826,08	68.973,75
FPM	10.010.000,00	11.171.903,17	1.675.785,13
SUBTOTAL	20.269.900,00	21.593.785,64	3.239.052,10
RENDIMENTOS	6.000,00	7.740,64	7.740,64
TOTAL	20.275.900,00	21.601.526,28	3.246.792,74



Além dos recursos constitucionais aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde o município recebe recursos em forma de transferência da União e do Estados, recursos estes que servem de complemento para as execução de programas e atividades voltadas ao atendimento primário e especializado nas Unidades Básicas de Saúde e junto a população do município principalmente destinado a melhorar a saúde preventiva e o primeiro atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde.

No exercício de 2021 o município recebeu recursos conforme o quadro abaixo:

	Valores em R\$
Transferencias de Recursos pela União	2.707.249,15
Atenção Primária	1.430.228,02
Atenção Especializada	465.391,64
Vigilância em Saúde	51.321,44
Assistência Farmacêutica	39.394,32
Combate Covid 19	720.913,73
Transferencias de Recursos pelo Estado	1.274.682,13
Atenção Primária	884.071,41
Atenção Especializada	276.266,43
Assistência Farmacêutica	114.344,29

Dentre os valores recebidos do Estado a importância de 620.826,58 refere-se a valores que o Estado estava em débito com os município referente aos anos de 2014 a 2018, valores estes que se encontram nas respectivas contas bancárias para realização de plano de aplicação a ser executado no próximo exercício.

2 – DESPESA

Conforme a Lei Orçamentária Anual as despesas inicialmente autorizadas com os programas que efetivamente são reconhecidos como gastos computáveis na saúde municipal somaram R\$ 3.320.100,00,00.

A execução das atividades e projetos destinados a atender as necessidades relacionada as Ações e Serviços Públicos de Saúde, como computáveis para o cálculo dos 15% dos valores aplicados na saúde, serão relacionadas a seguir:

RELAÇÃO DAS DESPESAS COMPUTADOS NA FORMAÇÃO DO ÍNDICE CONSTITUCIONAL DOS 15% DE APLICAÇÃO EM SAÚDE.

Despesas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
Despesas Correntes	3.237.016,96	3.234.872,34	3.047.539,38	3.047.539,38
Pessoal e Encargos Sociais	1.686.142,15	1.280.142,15	1.218.349,73	1.218.349,73
Juros e Encargos da Dívida	14.000,00	14.000,00	12.279,50	12.279,50



Outras Despesas Correntes	1.536.874,81	1.940.730,19	1.816.910,15	1.816.910,15
Despesas de Capital	83.083,04	237.083,04	225.664,67	225.664,67
Investimentos	35.083,04	189.083,04	178.109,15	178.109,15
Amortização da Dívida	48.000,00	48.000,00	47.555,52	47.555,52
Total da Despesa	3.320.100,00	3.471.955,38	3.273.204,05	3.273.204,05

Total despesas realizadas com A.S.P.S	3.273.204,05
(+) Restos a pagar liquidados no período	547,94
(-) Rateio pela Participação em Consórcio	109,42
(-) Rendimentos A.S.P.S.	7.740,64
Valor Aplicado em Saúde	3.265.901,93
% Aplicado em Saúde	15,12

Com relação ao recursos recebidos da União e do Estado, os mesmos foram aplicados de acordo com a finalidade de cada programa, os valores executados se encontram discriminados no quadro abaixo:

Execução dos Recursos	Valores Liquidados em R\$
Execução de Recursos pela União	2.312.577,58
Atenção Primária	1.197.309,20
Atenção Especializada	227.659,64
Vigilância em Saúde	53.349,46
Assistência Farmacêutica	27.142,08
Combate Covid 19	807.117,20
Transferências de Recursos pelo Estado	665.965,28
Atenção Primária	342.930,82
Atenção Especializada	276.266,43
Assistência Farmacêutica	46.768,03

3 - CONCLUSÃO

Baseado nos dados informados neste relatório, temos a concluir que a receita proveniente de impostos, transferências e dívida ativa tributária somaram a quantia de R\$ 21.593.785,64, sendo que de acordo com a legislação o percentual mínimo a ser aplicado em saúde é de 15% e representa o valor de R\$ 3.239.052,10. Desta forma é possível visualizar através do demonstrativo das despesas que o Município realizou despesas com Saúde no valor de R\$ 3.273.204,05, que somando o valor dos restos a pagar liquidados no período valor de R\$ 547,94, descontado o valor de R\$ 109,42 diferença entre o valor repassado ao Consórcio e o valor utilizado pelo Consórcio a título de Rateio e os Rendimentos Financeiros no valor de R\$ 7.740,64, representa o percentual de **15,12% da arrecadação efetivada no exercício**, percentual este acima dos 15% constitucionais obrigatórios.



CONCLUSÃO FINAL

Após análise dos dados apresentados na referida Prestação de Contas referente ao exercício de 2021 podemos destacar o seguinte:

- Quanto a execução da Receita o município apresentou um considerável aumento na arrecadação se comparado aos anos anteriores, este fato se deu em decorrência de incremento dos repasses do Estado e da União, valores estes que foram garantidos em virtude da recuperação da economia. Também podemos destacar que em virtude de privatizações realizadas pelo Estado, houve um incremento no repasse do ICMS;

- Quanto a execução das Despesas, mesmo considerando as consequências inevitáveis e os impactos causados em todos os setores e atividades pela pandemia do coronavírus, destacamos que a execução se deu de forma organizada, cumprindo com todas as obrigações perante aos seu servidores, fornecedores e atendendo de forma satisfatória as necessidades da população, atingindo a maioria das metas propostas pela Gestão Administrativa;

- Quanto ao percentual mínimo constitucional a ser aplicado em Educação destacamos que o mesmo foi atingido e que o percentual aplicado foi de 25,12%. Mesmo com o impacto que atingiu fortemente a educação no ano de 2021 em decorrência da Covid 19 com o fechamento das escolas e consequentemente a redução de despesas em alguns setores como transporte escolar, merenda, limpeza, contratos temporários e extensão da carga horaria, entre outros, o município priorizou a utilização dos recursos em ampliação, adequação e melhorias nos espaços escolares, bem como a aquisição de materiais de informática para modernização dos aprendizados, recursos estes investidos de forma que serão utilizados ao longo dos anos;

- Quanto a aplicação dos recursos do FUNDEB, como já informado no Relatório Físico Financeiro de gasto com Educação, o município não cumpriu com o que preceitua o Art. nº 26 da Lei 14.113/2020 onde determina que proporção não inferior a 70% do referido recurso seja aplicado em pagamento dos profissionais do magistério, sendo que no relatório consta as justificativas e considerações a cerca dos motivos que levou ao não atingimento da legislação e compromete-se em realizar os devidos ajustes de adequação para o próximo exercício. Já quanto ao restante da legislação o município cumpriu com todas as determinações;

- Quanto ao percentual mínimo constitucional de 15% a ser aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde destacamos que o mesmo foi atingido e que representou o percentual de 15,12%. Considerando as ações e serviços prestados na área da saúde podemos destacar que mesmo com o impacto da pandemia do coronavírus que exigiu um acréscimo de atendimentos nesta área, a Saúde do município foi prestada de forma satisfatória e que além dos recursos municipais também foram utilizados recursos recebidos do Estado e da União, para que todos os programas de atenção básica junto a população bem como auxílio em atendimentos de média e alta complexidade fossem cumpridos de forma satisfatória;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE FAXINAL DO SOTURNO



Desta forma concluímos que o município conseguiu através do empenho de seus gestores realizar uma gestão eficaz com os recursos públicos, manteve o equilíbrio entre o valor arrecadado e os dispêndios realizados, cumprindo com suas atividades de forma satisfatória, responsável e transparente.

Faxinal do Soturno, 28 de Março de 2022.

Clovis Alberto Montagner
Prefeito Municipal – 2021/2024

Clovis Alberto Montagner
Prefeito Municipal